

INTEGRA

Presidente faz balanço do desempenho do Real

É a seguinte a íntegra do discurso do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na abertura do seminário Dois Anos do Plano Real, ontem no Palácio do Planalto.

"Senhor ministro do Planejamento, Dr. Kandir, Senhor ministro das Relações Exteriores,

Senhores ministros de Estado, Senhores embaixadores, Senhor diretor da Cepal, Renato Balman,

Senhor presidente do Ipea, Dr. Fernando Rezende,

Senhoras,

Senhores,

Eu devo desculpas aos senhores pelo atraso no início desta cerimônia mas, hoje, comemoramos dois anos do lançamento do Real e achamos de bom alvitre que eu me dirigisse ao País, através não de redes oficiais, mas dando entrevistas sucessivas. E de, desde às 7 da manhã, até agora, e continuarei, dentro de pouco tempo mais, até, quem sabe, receber alguma oferta de alguma rádio para eu ser âncora de algum programa, para eu, então, passar a criticar os governos.

Mas eu queria externar a minha alegria pela presença dos senhores aqui e pela realização desse seminário, no Ipea, numa data que, para nós, brasileiros, tem um significado todo especial. Não cabe ao presidente da República entrar em detalhes de ordem propriamente técnica e econômica, embora eu tivesse sido ministro da Fazenda, num certo período, quando nós preparamos o Plano Real. Mas creio que cabe chamar a atenção, do ponto de vista global do significado desse plano de estabilização e do modo como esse plano foi concebido.

Talvez eu não agrade a todos ao que dizer que, no meu modo de entender, a decisão fundamental que se tomou no governo do presidente Itamar Franco, quando nós decidimos marchar na direção de um processo de estabilização da economia, foi a decisão, que não foi só minha, foi daqueles que colaboravam comigo também, com o apoio do presidente, que foi constante, no sentido de explicar ao País os passos que iam ser dados.

Talvez a diferença mais significativa entre o Plano Real e outros planos que foram tentados no Brasil, inclusive o que foi melhor sucedido antes do Real, que foi o Plano Cruzado, tenha sido o fato de que nós explicávamos, passo a passo, o que ia acontecer. E foi muito difícil. A descrença era muito grande. O dia inteiro, a pergunta era sobre qual seria o pacote, o conjunto de medidas de surpresa, porque estávamos já traumatizados pelo que tinha acontecido na decisão de governos anteriores e de um governo anterior, no sentido, por exemplo, de congelar a poupança; então, havia um clima de muita falta de credibilidade nas decisões governamentais.

E o bombardeio maior foi justamente esse: qual vai ser a surpresa? E eu dizia sempre que não haveria surpresas. Algum dia semescreverá, com mais detalhes, a história de como foi constituído esse plano de estabilização e ver-se-á que essa decisão não foi uma decisão de um senador que era, eventualmente, ministro da Fazenda, mas foi uma decisão que foi pensada também pelos que participaram na equipe econômica, na equipe técnica, porque, no fundo, nós todos chegamos à compreensão de que a sociedade estava cansada da inflação.

O Brasil tem uma outra peculiaridade: graças a um sistema que os senhores conhecem, de indexação generalizada, numa se teve a sensação propriamente da hiperinflação. Estávamos sempre à beira daquilo que os brasileiros amam muito, que é o abismo. Amam, mas não gostam que se caia nele. Então, estávamos sempre próximos. E havia discussões bastante curiosas sobre o que é a hiperinflação: se uma inflação de 30, 40% ao mês, que anualizada dava 4.000, 5.000%, seria ou não hiperinflação. Uma discussão, digamos, praticamente sem sentido, porque, na verdade, para os efeitos práticos da administração, nós já estávamos num clima que impossibilitava o planejamento e impossibilitava um horizonte e impossibilitava, portanto, a administração que desagregava o conjunto da sociedade.

Então, esta sensação de mal-estar, embora sem ter havido a hiperinflação, no sentido clássico, realmente de fuga de capital para uma moeda distinta da moeda nacional, porque isso não houve aqui, graças à indexação de ingovernabilidade era muito forte. Os que são cientistas políticos e, agora, os economistas todos são, devem estar se recordando de que o tema que vinha junto com a inflação era o da governabilidade.

Durante anos, nós discutimos no Parlamento, nos meios acadêmicos a governabilidade. Por quê? Porque se tinha a nítida sensação da perda de controle. E isso era real. Não havia mais controle sobre as decisões. Na verdade, progressivamente, o controle do País passou para a boca do cofre. Alguns continuam nela, até hoje, mas já não têm o mesmo controle que tiveram no passado, porque, realmente, a única maneira pela qual se podia ajudar os equilíbrios existentes era postergando pagamentos. Ao postergar pagamentos, evidentemente, o governo se beneficiava com a inflação e, no final, apresentava um resultado equilibrado.

As empresas com indexação e as que podiam manejar mais adequadamente o sistema financeiro, tinham um mecanismo de salvaguarda, mas o grosso da população não tinha. E o Brasil percebeu que o maior instrumento de concentração de rendas era a inflação.

Então, a decisão política foi: vamos enfrentar essa questão e vamos enfrentá-la de modo que a população sinta o porquê das medidas e vamos explicar as medidas. Francamente, quando se decidiu fazer a URV, eu creio que foi o engenhoso mais criativo de todo esse programa, havia uma certa incerteza. Nunca me es-

queci das palavras do professor Simonson, a quem rendo sempre as minhas homenagens, porque tem sido de uma sabedoria e uma generosidade constantes na análise dos problemas do governo e do País. Ele disse que a URV era como um patim no gelo: podia deslizar para um lado e perder completamente o controle ou poderia ser que nos chegassemos a fazer aquelas piruetas que os bons patinadores fazem de dar o salto e cair em pé.

O Brasil caiu em pé. Mas, não caiu, ficou em pé. Estava caído e ficou em pé. E a URV que era um mecanismo que parecia complexo — e era complexo — a população assimilou com muita rapidez a URV. E, aí, devo dizer que se deve também ao sistema de comunicações existentes neste País. Alguns dos senhores não são brasileiros.

Este País é um País onde há imensa liberdade de imprensa, com uma imprensa muito competente. Uma capacidade de comunicação e de tradução das medidas mais complexas de forma quase imediata em termos que a população entende, o que é simplesmente extraordinário, e foi o que possibilitou haver um diálogo constante na fase de implementação do Plano de Estabilização, do Plano Real. Claro, nossa obsessão era com inflação.

Eu me recordo que — repetindo o que ouvia muito do senador José Serra no passado, quando eu tomei posse no Ministério da Fazenda, e foi uma decisão surpreendente do presidente Itamar Franco entregar a um pobre sociólogo o controle da economia brasileira — no discurso que fiz de improviso ao voltar dos Estados Unidos —, tive que tomar posse imediatamente, eu disse que nós tínhamos três problemas: a inflação, a inflação e a inflação. Porque era isso. Ou se domava a inflação — ainda hoje, me recordo das caricaturas, sobretudo do Chico lá no O Globo, que nós víamos um dragão, e o ministro da Fazenda impotente diante do dragão inflacionário. Parece que conseguimos matar o dragão inflacionário, matamos. Bem, estamos matando, segundo o ministro Malan, ainda estamos matando mas, de qualquer forma, está quase morto.

O fato é que a decisão de enfrentar a questão da inflação era inelutável. Não havia mais alternativa senão enfrentar. Já, houve uma outra discussão — alguns dos aqui presentes se recordarão disso, que foi política também. Naquele momento nós estávamos com o Congresso num processo de auto-expurgo. Havia uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Comissão de Orçamento do Congresso. O presidente Itamar Franco era vice-presidente e havia assumido por causa do "impeachment". Não dispúnhamos de maioria propriamente dita no Congresso. Aliás, não sei o que é isso. Não se dispunha. De vez em quando, se dispõe e não sabe o que é.

Então, havia muitas dificuldades do ponto de vista político, e o bom senso diria que, talvez, fosse melhor não enfrentar a inflação com tanta dificuldade política. Não faltou quem me aconselhasse a baixar um pouquinho, a fazer uma ginástica, que o que se esperava era um alívio e não avançar num sentido mais direto, mais radical de enfrentar a raiz dos problemas no sentido radical etimológico e enfrentar as causas da inflação.

Bem, a minha percepção era outra. A minha percepção era de que só se conseguiria vencer a inflação num momento de fraqueza política. Só num momento de fraqueza política o ministro da Fazenda assumia os poderes necessários para tomar as medidas que são duras na contenção da inflação e só num momento em que o Congresso, no qual naturalmente terão sempre enraizados os conjuntos de interesses do País, e o conjunto desses interesses estabelecidos não era favorável à quebra da inflação, e nem os interesses burocráticos, porque o Governo — como dizia o Dr. Bacha freqüentemente — estava casado com a inflação. O orçamento estava casado com a inflação, só num momento de fragilidade da Comissão de Orçamento e de impossibilidade das forças políticas se organizarem para frear as forças tradicionais — me refiro — para frear uma decisão de política econômica mais audaz e que seria possível enfrentar a inflação.

Acho que nós não erramos nas apostas que fizemos: conseguimos naquele primeiro momento. Isso não quer dizer, não obstante, que tudo sejam glórias, que tudo seja tranquilidade, não é assim. Nós todos sabíamos e sabemos que esses processos são longos e implicam uma mudança cultural. É uma mudança de mentalidade, porque quando está a economia totalmente indexada, é muito difícil não pensar qualquer aspecto da economia com a ideia da inflação passada, inflação inercial. E há interesses — como já disse — ao redor da inflação. Sabíamos que haveria fragilidade no sistema financeiro, alertamos sobre essa fragilidade inúmeras vezes, sobretudo no setor público. Sabíamos que era muito difícil haver o acerto orçamentário.

O ministro Stepanenko, que está aqui presente, já era ministro na época, sabe disso, acompanhou os esforços do diretor de Orçamento e do professor Bacha para que nós pudéssemos reorganizar, mais ou menos, o sistema orçamentário. Só conseguimos uma medida — e foi suficiente — do Congresso, que foi ao Fundo Social de Emergência. O social foi posto ali por acaso, porque se imaginava que era mais fácil que o Congresso cedesse se fosse um fundo social e que não era nem fundo, era simplesmente um mecanismo de flexibilização das verbas públicas para uma utilização mais racional, sem vinculações que manietavam o Estado. Claro que nós ouvimos críticas de todo tipo, mais que pertinentes. Só que as pessoas, muitas vezes, não sabem como é o jogo político e não sabem que, muitas vezes, não se faz o que se deseja nem o que parece mais elegante, mas

aquilo que as condições permitem, forçando sempre o limite do possível.

Mas nós sabíamos que havia dificuldades nessas áreas todas. Não contávamos com outras dificuldades. Não contávamos com a crise do México. Não contávamos com a haveria aí um desestabilizador possível, vindo de fora. Naquele altura, eu me recordo que, quando ainda negociando a dívida externa do Brasil, com o hoje ministro Malan, que era negociador da dívida, nós não conseguimos o apoio do Fundo Monetário Internacional para o nosso plano de estabilização. O professor Bacha, que está aí, se recordará quanta ginástica estatística tivemos que fazer para demonstrar aos negociadores do Fundo que não se convenceram, porque diziam até isso: aqui não há condições políticas. Eu achava graça porque os que diziam isso não tinham a menor noção de política e nem do contexto brasileiro. E dizendo de boa vontade, mas com muita ignorância.

Pois bem. Não fora a compreensão e a sensibilidade do sr. Michel Candesius, que percebeu que mesmo sem os requisitos técnicos todos, havia que dar a uma válvula para permitir, quem sabe, uma experiência de estabilização, nós não teríamos conseguido negociar a dívida externa com os bancos, que era uma condição importantíssima para que depois pudéssemos lograr avançar no plano de estabilização.

Pois bem. Foi dentro desse quadro de incertezas que nós avançamos com muitas dificuldades, enormes dificuldades. Mas nós sabíamos que haveria outros problemas e não contávamos com esse do México. O México, naquele momento, era realmente o "ai dodói" dos organismos internacionais. Ninguém imaginava que fosse haver alguma precipitação no sistema financeiro. Hoje é história. Pode-se criticar se a taxa de juros cresceu — de juros não, de câmbio — deslizou mais ou menos, se era necessário chegar a 0,82. Hoje isso é história.

A verdade é que — e aqui há alguns que são testemunhas disso — antes de eu assumir o governo tivemos conversas no sentido de que era preciso, no final do ano de 94, tentar um reorganização da taxa de câmbio. E combinamos que assim seria na última semana de dezembro de 94. Só que, no dia 20, houve a questão do México. Então, quem é que vai mexer em taxa de câmbio depois do que tinha acontecido no México? Isso fez com que, nos primeiros meses de governo, tivéssemos profundas discussões deste governo, já em 95, profundas discussões para saber o que fazer. E só em fevereiro tomamos uma decisão, que na verdade teve problemas, que foi a questão da formação das bandas cambiais. Houve problemas de implementação, houve especulação contra o real. Perdemos 10 bilhões de reais. A economia estava superaquecida no começo de 95 e isso vinha de antes. Pode-se discutir se abertura em 94 tinha que ser do grau que teve. É história. Já estava feita a abertura. A abertura foi importante para dar uma certa noção de preços relativos. De qualquer maneira, tivemos que tomar decisões difíceis de aumentar a taxa de juros, em abril de 95, para frear o crescimento da economia. Fez-se um mecanismo de compulsório — cadê o dr. Chico Lopes, que eu não vejo por aqui? — que só mesmo os economistas de muita imaginação são capazes, para amarrar. Amarraram, como tinham que amarrar naquele momento da economia.

O governo não teve nenhuma preocupação de fazer, senão o que era necessário. Pode ter errado. Mas não o fez por motivos menores. Não se preocupou em saber se isso ia afetar interesse de tal ou qual, se isso afetaria popularidades ou não. Eu digo sempre: a arte da política não é a arte do possível; é a de tornar possível o que é necessário. Fizemos o que nos pareceu necessário naquele momento.

Isso teve conseqüências. Conseqüências sobre o ajuste das empresas, que tiveram que dar uma freada muito grande. Isso produziu, no decorrer do tempo, uma série de desacertos em certos setores, sobretudo conjugando abertura com problemas de taxa de juros, com problemas de apreciação cambial. Alguns setores — têxtil, calçados e outros mais — tiveram problemas.

Nada se pode fazer e matéria de política em geral sem contar com o tempo. Não dá para resolver tudo de uma vez. É preciso dar tempo e ir organizando a agenda e não ceder às pressões para que a agenda fique mais grossa do que é possível resolver.

As conseqüências do desequilíbrio financeiro foram grandes no sistema financeiro brasileiro. Grandes. Houve um momento de dificuldade em 95, sobretudo depois de outubro de 95, de grandes dificuldades. Pode-se discutir o acerto de uma outra medida ou o desacerto e a recomposição. Fizemos o Proer — quem sabe pudéssemos tê-lo feito antes — mas, de qualquer maneira, conseguimos evitar que houvesse um encadeamento de crises no sistema financeiro que teria conseqüências, aí sim, devastadoras para a recuperação da economia em tempo oportuno. E conseguimos manter a agenda sob relativo controle, não deixando que houvesse aí um grande congestionamento de problemas para os quais nós não tínhamos solução.

Não é fácil a um ex-senador da República se opor a uma CPI sobre bancos. Eu me opus. Me opus por quê? Porque isso daria congestionamento da agenda, daria uma série de outras questões que ficariam muito difíceis de serem manejadas. Eu acho que, em certos momentos, quem está na posição de presidente da República tem que tomar decisões que sejam, por mais difíceis que elas sejam, tem que tomar, desde que haja convicção.

Isso tudo significa que nós tivemos que frear a taxa de crescimento. Aumentou a taxa de desemprego, e significa,

também, que apesar disso, o Brasil foi-se adaptando à nova situação. E a nova situação está aí.

Nós estamos passando por um processo de transformação estrutural do sistema produtivo brasileiro e internacional.

Outro dia, o Dr. Luciano Martins, que aí está, me recordou um prefácio que eu escrevi num livro dele, há mais de 20 anos, onde esses temas de globalização estão postos ali com toda tranqüilidade, com toda clareza. Só que as pessoas levam 20 anos para tomar consciência, ou dez anos, 15 anos. E é normal que assim seja, para que se generalize, para que seja um desafio sentido pela sociedade.

A sociedade sentiu esse desafio no Brasil. As indústrias estão se reorganizando — já estavam antes. Eu me recordo, de que quando era ministro do Exterior, em 93, eu dizia que o fato novo no Brasil é que o setor privado estava capitalizado e reagindo e o setor público estava "empantanado" — se é que isso existe em português — nas duas décadas crescentes e na inflação.

Pois bem. O setor privado reagiu, está reagindo de novo, agora. Cabe ao governo apoiar. O BNDES tem tomado algumas medidas nessa direção de apoiar a reestruturação de certos setores do sistema produtivo brasileiro. Cabe apoiar a exportação. O ministro Kandir tem repetido a importância dessa questão da exportação. Cabe uma porção de coisas. Sempre cabe. Tem que. Não há palavra que um governante ouça mais do que o "tem que". Pois bem, "tem que". Tem que fazer as reformas e não encaminhamos as reformas, como todos sabem, na área econômica. As sociais estão encaminhadas, a reforma da Previdência está, também, "empantanada". Vamos mudá-la, vamos continuar lutando. Eu não cedo fácil. Nós vamos continuar mudando e vamos conseguir. Nós mudamos o regime... Nós, não. O Congresso mudou o seu regime, a Câmara. Nós vamos insistir, na Câmara, ainda, em alguns aperfeiçoamentos, no Senado também, porque está visível que é preciso modificar o sistema previdenciário. E não é por causa desse governo. Não está sendo em risco o real, não. Os efeitos da Previdência são de longo prazo, não são imediatos. Mas nós vamos fazer. Nós vamos continuar a reforma administrativa.

Agora, há uma nova tônica, que eu ouvi nesta manhã, entre os que me estreitaram: é que o governo, agora, decidiu, ao invés das reformas, fazer medidas infra-constitucionais e até já vi que tem um FHC-II, já estão propondo o III. Está bem, quanto mais para a frente melhor. Mas o fato é outro: é que temos que fazer ao mesmo tempo as coisas. Nós temos que continuar com as reformas e, ao mesmo tempo, ir tomando as medidas que possamos de alcance legal e de medidas administrativas.

Nós estamos nos preparando para essa nova etapa de crescimento da economia, mantendo, naturalmente, o controle da inflação. Há problemas aí? Há problemas. Há problemas do déficit público? Há. A situação fiscal é saudável? Não é. No ano passado, como os senhores sabem, nós chegamos a 5% do PIB, em termos do déficit. Graças, basicamente, ao endividamento crescente dos Estados e municípios — mais dos Estados — e graças a um certo descontrole do setor público. Só que eu ouço, com muita freqüência, que é preciso o governo controlar os seus gastos — e aqui o ministro Mailson sabe como é isso. Ele me dizia e eu não acreditava, quando era senador e eu ministro. É que os gastos, muitos dos gastos não são compreensíveis. O governo não tem nada a fazer, a não ser mudando a Constituição, e muito pouco, melhor diria, a fazer para comprimir o gasto salarial; nada a fazer para comprimir o gasto da Previdência; nada a fazer para comprimir as transferências constitucionais. Tem a fazer na taxa de juros e fez: caiu de 4,25% para 1,95%.

Então, quando cobram ação do governo para compressão de gastos públicos... Mas comprimir o quê? O gasto disponível da União, efetivo, é da ordem — o Dr. Portugal está aí e me corrigirá — é da ordem de 1 bilhão e 200 milhões de reais por mês, cerca de 14 bilhões por ano, de um orçamento de 160 bilhões. Dos 160, são gastos automáticos quase tudo. Sobram 14. A área de disponibilidade de ação do governo para diminuir gasto está sobre esses 14 — OCC — chama-se Outros Custeios de Capital. Desses OCCs, 60% são gastos em saúde — 680 milhões de reais por mês.

Eu, hoje, pela rádio, estou sabendo que há hospitais fechando no Rio Grande do Sul, porque não recebem o aumento de 25%. E nós estamos dando 680 milhões para a saúde. Não tem de onde tirar.

Então, o resto do governo vive de 550 milhões de reais. Cortar o quê? Apagar a luz? Então, é preciso ter compreensão. Não é falta de vontade do governo. Cresceu o endividamento, é verdade. Mas nós estamos corrigindo e sabe-se porque cresceu e como é que se está corrigindo. Por isso, tem que fazer as reformas. O crescimento da folha de pagamento é automático, é de 1%, no mínimo, ao mês, por vantagens que são acumuladas. Em certos Estados, é mais do que isso. Então, a folha sobe, sem que haja aumento de salário. A questão da Previdência é a mesma questão. Logo, é necessário fazer essas reformas.

Isso não quer dizer que, sem elas, o Real vai capotar no ano que vem. Não vai. Mas a ginástica é grande e o custo é mais alto. A questão é saber se o custo é mais alto ou é mais baixo. E é preciso mostrar ao País que os que pensam que estão defendendo o interesse popular, ao manter o status quo, são, como eu tenho dito sempre, a vanguarda do atraso. E assumiram como próprio e bom aquilo que foi feito pelos desmandos do passado, pelos governos que nós sempre combatemos. Agora, assumem como bom tudo que foi acumulado de errado, sedi-

mentado errado. Não. Tem que reformar, tem que mudar, tem que continuar lutando para a transformação.

Acho que a questão fiscal, neste ano, eu tenho certeza de que o déficit vai ficar por volta da metade, 2,5% e 3%, pelas medidas tomadas, pelos ajustes que os Estados estão fazendo com enorme sacrifício. Pelo fato de nós, pela primeira vez na história, não termos dado aumento de salário para o funcionalismo — é duro fazer isso — pelo fato de termos dado um aumento moderado nas pensões, estamos conseguindo — com este custo — estamos conseguindo reduzir o déficit e pelo que cortamos a taxa de juros à mais da metade, vamos conseguir reduzir o déficit. Este déficit não assusta ninguém, se for bem controlado. Basta comparar com outros países e pode olhar também qual é o tempo de maturidade dele, pode verificar que não estamos em nenhuma situação de beira de abismo como eu repeti aqui há pouco. Não é essa a situação. A situação é de um certo horizonte.

Mas nós temos que ter um horizonte de crescimento sustentado. Temos que ter um horizonte de retomada de crescimento de uma maneira contínua porque, senão não se vai resolver nem o emprego, nem o setor público, porque chegamos a um momento que nós precisamos de aumentar a arrecadação não pela via de aumento de impostos, mas pela reativação da economia. Esse é o X da questão. Como reativar a economia, sem colocar em xeque o equilíbrio das contas e sem colocar em xeque as contas externas e todos sabem o esforço enorme do governo, para que fosse possível controlar o que houve de um certo desajuste num crescimento do déficit da balança comercial.

Este ano, neste momento, estamos equilibrados. Temos 27 milhões de reais de superávit no que vai do ano. Eu não gosto de fazer prognóstico, não sei o que vai acontecer, mas está equilibrado e eu espero que se consiga não só manter equilibrado, mas melhorar a balança comercial.

A verdade é que houve um aumento das exportações de manufaturados. Todos os pessimistas do Brasil — são muitos — têm perdido sempre as apostas que fazem. Eu já vi o real ser enterrado várias vezes. Ele ressurge. Então, é uma verdadeira fênix, está firme aí. E o fato é que também no que diz respeito às exportações, elas estão ganhando. Podem caminhar mais depressa? Tudo pode ir mais depressa, meu Deus! Se depender de mim, eu aperto o botão e está feito. Só que não depende de mim, nem da equipe econômica. Depende de muitos processos mais complexos.

Acho que as questões fundamentais estão equacionadas e — como disse — nós temos o controle da agenda que é fundamental. Não perdemos o controle da agenda econômica.

Não é que tenhamos feito "ouvidos moídos de meredor, para os gritos justos — muitos deles — no setor produtivo. E que não havia condições. Não é que não soubéssemos das dificuldades do setor agrícola, é que não havia condições. Equacionamos o setor agrícola. Este ano está equacionado. Claro que houve um aumento mais do que necessário do custo dos serviços, porque são (...). É mais difícil de ajustar. Mas, pelo que li recentemente, está havendo uma certa convergência nos índices de inflação no setor produtivo de bens e o setor de serviços. Isso é muito importante para nós podermos ter realmente uma condição e um horizonte mais limpo, mais livre de obstáculos.

Então, eu só queria dar umas poucas... Enfim, não são nem reflexões. São repetições de reflexões alheias nesse dia de hoje para dizer que, visto do ângulo de quem está com a responsabilidade de governo, as questões estão sob controle, o Plano Real sendo implementado. Ele era um plano de estabilização, hoje é muito mais do que isso, porque houve um efeito muito positivo e os jornais de ontem dizem isso de uma maneira indiscutível na distribuição de renda, enorme efeito positivo na distribuição de renda, aumento de consumo de massa significativo e, agora, o fundamental é o aumento de investimento.

O investimento externo está vindo. Nós imaginamos que ele possa crescer — eu nunca falo mais do que 7 bilhões este ano. Alguns já estão falando em mais do que isso. Vamos ver para crer. Mas, de qualquer maneira, está havendo, aí, um sinal muito positivo nessa direção.

O processo de privatização, também, eu acho que hoje é indiscutível. O País sente que existe rumo. Eu tenho repetido que o meu problema... eu não sou homem de mercado, nem sou vendedor, nem tenho que agradar a quem queira compra depressa. Meu objetivo não é esse. O meu objetivo é mudar o Brasil para que ele tenha condições de um crescimento sustentado. Eu não estou preocupado. Alguns têm comichão para investir logo. Não. Eu tenho que ter... é investir bem. Não havendo nenhuma mancha de corrupção, como não houve no processo de privatização brasileiro, nada, o que é muito importante, mas é preciso perceber que nós passamos da fase mais fácil, que foi rápida, que era da privatização de empresas produtivas que estavam na mão do Estado, para outra fase, que é da concessão de serviços públicos e de privatização de serviços públicos. Isso requer uma modificação na estrutura do Estado, que é o que está acontecendo.

Nós temos que modificar com a criação de órgãos regulamentadores, que não sejam empresas nem vão investir diretamente, mas que tenham a condição de definir tarifas, de fiscalizar o desempenho dos serviços e de garantir a utilidade pública daquele serviço. Então, isso é um trabalho mais complicado do que simplesmente vender num leilão as ações de tal ou qual companhia. E devo dizer que vejo com satisfação que um setor, por exemplo, como o ferroviário, no qual não se apostava, pois

está sendo objetivo de concessão de serviço público com muita velocidade. E, até o fim do ano, praticamente toda a rede ferroviária nacional estará sendo operada pelo setor privado e, em alguns casos, não simplesmente com um grupo de grandes transportadores, ou melhor, de grandes usuários de transporte, mas também com operadores de nível internacional entrando na operação dos serviços de ferrovia.

Os portos, que se dizia que era impossível, a lei dos portos não era implementada, está sendo implementada. Fizemos as negociações necessárias e lançamos uma lista de muitos portos a serem privatizados. A reorganização da infra-estrutura está sendo feita, também, através de concessões. A Via Dutra, a estrada que liga o Rio a São Paulo, hoje está sendo controlada pelo setor privado, a do Rio — Juiz de Fora, a Rio — Teresópolis, a ponte Rio-Niterói também.

Nós estamos dando grande atenção à infra-estrutura. Acabei de estar em Santa Catarina para assinar um contrato com o BID, e que tem apoio do Eximbank também, de mais de 1 bilhão de reais ou de dólares, para a duplicação da BR-101, que passa por Santa Catarina. Na verdade, é um eixo que vem de Belo Horizonte, com a Fernão Dias, que está sendo duplicada, com a Dutra, que está sob concessão, da BR-116, em São Paulo, que está sendo duplicada, da BR-101, em Santa Catarina, que está sendo duplicada. E iniciamos o projeto de viabilidade de Santa Catarina até Osório, no Rio Grande do Sul, que é um eixo importante, viário.

Estamos dando uma atenção toda especial, que já disse, à reorganização da rede ferroviária. Estamos, também, utilizando com mais afinco as hidrovias. Dentro de poucos meses, ainda este ano, a hidrovía que ligará Porto Velho, em Rondônia, até Itacoatiara, no Amazonas, estará terminada. Ou seja, o balizamento do Rio Madeira está praticamente pronto. Ele desemboca no Rio Amazonas e o Porto de Itacoatiara, lá o governo do Estado, com a iniciativa privada, está fazendo um terminal graneleiro. A produção de Rondônia e do Norte de Mato Grosso vai poder escoar com um preço de frete extremamente mais vantajoso, porque em Itacoatiara entram navios de 100 a 200 mil toneladas, e podem, então, exportar, muito mais barato. Ou seja, o custo Brasil está sendo cuidado.

Não é fácil reorganizar uma infra-estrutura de um País que há anos não tinha nada, não tinha investimento em infra-estrutura. Leva tempo, mas está sendo feito. A reforma tributária é difícil, mas vai ser feita. E desonerar as exportações, nos vamos fazer. Demora mais um mês, mais dois meses, menos três meses, não importa. Vai-se fazer, está-se fazendo, está-se atuando. Então, nós estamos, realmente, preparando as condições de infra-estrutura e as condições institucionais do caso de concessão de serviços públicos.

Assim que o Senado aprove, e aprovará este mês de julho, a questão da telefonia celular, verá a imensa quantidade de recursos que vai entrar nesta área. No ano que vem, nós vamos enfrentar a questão da telefonia básica, da privatização da telefonia básica.

Há uma enorme quantidade de problemas técnicos que poucos imaginam como é que se faz a conexão das linhas, como é que se resolve a questão dos satélites. Tudo isso é muito, muito complicado. Não é uma questão que falta vontade política. Essa questão de vontade política é uma questão voluntarista, ilusória, de quem não sabe como se muda uma sociedade. A sociedade não se muda pela vontade política de um homem ou de um governo; se muda pela consciência crescente de convergência de pessoas, de setores, de grupos, e mudança de mentalidade, que é o que está ocorrendo no Brasil.

Eu tenho, portanto, muitas razões de otimismo. Não sou "panglossiano". Há problemas. Mas problemas existem sempre, e para serem enfrentados. E mal se resolve um, vêm outros. A questão verdadeira é outra. E se a natureza dos problemas que está mudando, está mudando, no sentido de melhorar progressivamente as condições, não só de economia, mas de população, de vida da população. Eu acho que assim está.

Desculpem o tom. É que eu falei no rádio e na televisão a manhã toda à tive que fazer muita propaganda. Mas desculpem o tom pouco acadêmico e talvez até pouco presidencial, mas é para transmitir de forma espontânea, direta, como é que eu vejo os problemas que existem, as dificuldades que existem, mas, também, as condições para superá-las.

Agora, nós precisamos aqui das luzes dos senhores, sobretudo daqueles que têm conhecimento direto em processos, semelhantes noutros países, e dos muitos que aqui estão e que não estão diretamente dentro do governo e portanto estão melhores do que nós porque podem criticar com mais tranqüilidade e, talvez, viver melhor. E eu convidei que venham, para o governo também, para sofrer um pouquinho.

Mas de qualquer maneira, vindo ou não vindo, eu acho que o importante é que se estabeleça aqui um diálogo, que tenha certeza, será muito aberto, muito franco, porque se nós não tivermos condição de olhar as coisas de frente, não se consegue mudar.

Foi porque houve um grupo de pessoas, no Brasil, capazes de ver de frente os problemas e, como se diz em linguagem mais vulgar, de "pegar o touro pelo chifre", que nós conseguimos dar esses avanços.

Agora, espero que o touro já esteja com o chifre limado e que nós não vejamos, então, chifre em cabeça de cavalo. Vamos ver os chifres limados que temos, os problemas já equacionados ou em fase de equacionamento e não inventemos problemas que não existem.

Muito obrigado.